

Título	Empresas do setor elétrico: valor para quem?
Veículo	Correio Braziliense
Data	15 Julho 2013
Autor	Claudio J. D. Sales

Empresas do setor elétrico: valor para quem?

» CLAUDIO J. D. SALES

Presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

Ao contrário do que muitos pensam, a maior parte da riqueza gerada pelas concessionárias de energia não fica com seus investidores, nem seus credores, nem seus funcionários. O maior beneficiário é o governo.

Desde 2008, as demonstrações financeiras padronizadas requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) das companhias abertas incluem a seção Demonstração do Valor Agregado. O objetivo é calcular a riqueza gerada pela empresa e apresentar como essa riqueza é distribuída entre os diversos agentes: investidores, financiadores, trabalhadores e governo.

A Demonstração de Valor Agregado das empresas do setor elétrico revela que a riqueza

gerada pelas empresas elétricas não é preponderantemente destinada aos agentes diretamente responsáveis pela produção de energia: investidores (que aportam o capital e assumem os riscos de negócio, esperando retornos futuros) e trabalhadores (que aportam seu trabalho em troca de remuneração) não são aqueles que mais se beneficiam. O maior beneficiário é o governo, que na média das 39 empresas de geração, transmissão e distribuição examinadas, abocanhou 68% do valor agregado em 2012. Os financiadores ficaram com 16% do valor agregado e os trabalhadores com 14%. Enquanto isso, os investidores amargaram perdas em 2013 equivalentes a 1%

do valor agregado.

Aliás, esse é um ponto importante a ser ressaltado. Os investidores — com os trabalhadores — são os stakeholders que geralmente sentem os contratempos das empresas de forma mais aguda. É por isso que quando se analisa a rentabilidade dos investidores é essencial examinar o seu desempenho ao longo do tempo, pois os rendimentos são muito voláteis — períodos de alto rendimento geralmente são seguidos de períodos de baixos rendimentos ou de prejuízos.

Alguns poderão argumentar que a elevada parcela do valor agregado absorvida pelo governo foi fruto de uma anomalia de um ano atípico. Afinal, os resultados de 2012 foram impactados pelo arrocho capitaneado pelo

governo na prorrogação de contratos de concessão sob a égide da Medida Provisória nº 579 e pela draconiana revisão tarifária realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Certamente esses fatores tiveram um impacto muito negativo sobre as empresas, mas a distribuição do valor agregado de anos anteriores mantém o mesmo padrão. Em 2011, ano que não foi contaminado pelo intervencionismo governamental, mais que a metade do valor agregado (58%) foi absorvida pelo governo.

Tamanho apropriação governamental evidencia a elevada carga de tributos sobre a energia elétrica, fenômeno que distorce o processo produtivo e compromete a eficiência e a competitividade da economia.

É hora de repensar a tributação sobre a conta de luz. O governo federal é a esfera que mais contribuiu para o aumento da carga tributária sobre a energia nos últimos anos, ao elevar as alíquotas de PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Os estados também precisam fazer a sua parte e diminuir o Im-

posto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo que mais onera a tarifa elétrica.

A análise agregada de arrecadação ao longo de 2012 divulgada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) revela que os cofres estaduais receberam mais de R\$ 325 bilhões em ICMS, sendo que, desse total, a energia elétrica respondeu por R\$ 27,4 bilhões, o equivalente a 8,4% do total. A participação de energia elétrica na arrecadação do ICMS é uma gritante distorção se lembrarmos que o setor elétrico responde por apenas 2,2% do PIB. Em outras palavras, os fiscos estaduais estão sobretaxando o setor elétrico.

As recentes manifestações que invadiram as ruas evidenciam um clima de insatisfação. Faz parte desse sentimento a percepção de que pagamos muitos impostos e que essa montanha de dinheiro não é bem empregada.

Desonerar a energia elétrica por meio da redução do PIS/Cofins e do ICMS incidentes na conta de luz é uma resposta objetiva ao clamor das ruas e teria efeitos positivos imediatos para toda a população e toda a economia.



Ao contrário do que muitos pensam, a maior parte da riqueza gerada pelas concessionárias de energia não fica com seus investidores, nem seus credores, nem seus funcionários. O maior beneficiário é o governo.

Desde 2008, as demonstrações financeiras padronizadas requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) das companhias abertas incluem a seção Demonstração do Valor Agregado. O objetivo é calcular a riqueza gerada pela empresa e apresentar como essa riqueza é distribuída entre os diversos agentes: investidores, financiadores, trabalhadores e governo.

A Demonstração de Valor Agregado das empresas do setor elétrico revela que a riqueza gerada pelas empresas elétricas não é preponderantemente destinada aos agentes diretamente responsáveis pela produção de energia: investidores (que aportam o capital e assumem os riscos de negócio, esperando retornos futuros) e trabalhadores (que a portam seu trabalho em troca de remuneração) não são aqueles que mais se beneficiam. O maior beneficiário é o governo, que na média das 39 empresas de geração, transmissão e distribuição examinadas, abocanhou 68% do valor agregado em 2012. Os financiadores ficaram com 16% do valor agregado e os trabalhadores com 14%. Enquanto isso, os investidores amargaram perdas em 2013 equivalentes a 1% do valor agregado.

Aliás, esse é um ponto importante a ser ressaltado. Os investidores - com os trabalhadores - são os stakeholders que geralmente sentem os contratempos das empresas de forma mais aguda. É por isso que quando se analisa a rentabilidade dos investidores é essencial examinar o seu desempenho ao longo do tempo, pois os rendimentos são muito voláteis - períodos de alto rendimento geralmente são seguidos de períodos de baixos rendimentos ou de prejuízos.

Alguns poderão argumentar que a elevada parcela do valor agregado absorvida pelo governo foi fruto de uma anomalia de um ano atípico. Afinal, os resultados de 2012 foram impactados pelo arrocho capitaneado pelo governo na prorrogação de contratos de concessão sob a égide da Medida Provisória nº 579 e pela draconiana revisão tarifária realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Certamente esses fatores tiveram um impacto muito negativo sobre as empresas, mas a distribuição do valor agregado de anos anteriores mantém o mesmo padrão. Em 2011, ano que não foi contaminado pelo intervencionismo governamental, mais que a metade do valor agregado (58%) foi absorvida pelo governo.

Tamanha apropriação governamental evidencia a elevada carga de tributos sobre a energia elétrica, fenômeno que distorce o processo produtivo e compromete a eficiência e a competitividade da economia.

É hora de repensar a tributação sobre a conta de luz. O governo federal é a esfera que mais contribuiu para o aumento da carga tributária sobre a energia nos últimos anos, ao elevar as alíquotas de PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Os estados também precisam fazer a sua parte e diminuir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo que mais onera a tarifa elétrica.

A análise agregada de arrecadação ao longo de 2012 divulgada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) revela que os cofres estaduais receberam mais de R\$ 325 bilhões em ICMS, sendo que, desse total, a energia elétrica

respondeu por R\$ 27,4 bilhões, o equivalente a 8,4% do total. A participação de energia elétrica na arrecadação do ICMS é uma gritante distorção se lembrarmos que o setor elétrico responde por apenas 2,2% do PIB. Em outras palavras, os fiscos estaduais estão sobretaxando o setor elétrico.

As recentes manifestações que invadiram as ruas evidenciam um clima de insatisfação. Faz parte desse sentimento a percepção de que pagamos muitos impostos e que essa montanha de dinheiro não é bem empregada.

Desonerar a energia elétrica por meio da redução do PIS/Cofins e do ICMS incidentes na conta de luz é uma resposta objetiva ao clamor das ruas e teria efeitos positivos imediatos para toda a população e toda a economia.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)